

Roteiro Climático: correr o território, mudar o sistema

É unânime, a escala e velocidade de combate às alterações climáticas têm de ser exponenciadas. Para isso, a mobilização tem de ser semelhante à transformação social que necessitamos: total. O diagnóstico também está feito: não podemos exceder mais limites planetários e temos de reverter não só os que ultrapassamos, como a falta de resposta a necessidades básicas a milhares de milhões de pessoas. A produção é cada vez maior, mas temos cada vez mais pessoas a viver em situação indigna. A expansão e crescimento infinito regulado para o lucro, deixam demasiadas de nós na mão, sem resposta nem condições de manutenção da vida. A privatização dos solos, da logística e da distribuição alimentar, aumenta a exploração do território para produção de alimentos que percorrem o mundo. A privatização da energia levou a que não se conseguisse - nem se venha a conseguir sem a sua recuperação - planejar e gerir uma transição com interesse humano, que garantisse que o aumento de produção de energia correspondesse a uma cobertura total das necessidades essenciais energéticas. Por outro lado, a transição que se propõe não pode corresponder a uma externalização da produção de combustíveis fósseis para outros países mais pobres, como tem ocorrido. A individualização da mobilidade - e do modo de vida - levou a que milhares de km de ferrovia fossem inutilizados e milhares de kms de autoestradas construídas. As nossas cidades são inóspitas de tanto betão.

Neste cenário, Portugal vangloria-se de ser vanguardista no combate às alterações climáticas, mas esse discurso não resiste a uma viagem pelo território nacional. De Vila Real a Beja, a Vila Real de Santo António, passando pela costa norte, centro ou sul, ou pelas Terras de Miranda, pelo Perímetro de Rega do Mira, pelo Tejo, pelos kms de ferrovia inativa ou pelos kms de rodovia desnecessária, ou pelas explorações intensivas de eucalipto, de abacate, de olival e amendoal. A exploração do território por interesses de extração intensiva, baseada na única lógica de aumento do lucro privado continua a ser o mantra das opções políticas para Portugal - para quem tivesse dúvidas tivemos dois exemplos recentes: falta de cobrança devida de impostos na venda das barragens nas Terras de Miranda e definição de legislação que não assegurava as zonas protegidas no caso da

exploração de lítio.

Anteriormente, e com a força do conservadorismo dos ruralistas do PS e PSD, não conseguimos acabar com o Transporte de Animais Vivos para países terceiros e vimos o território ser despovoado por políticas deliberadas de abandono. Com a intervenção destes dois partidos ao longo de décadas foram ainda privatizados os setores mais importantes que nos poderiam ter garantido capacidade de planeamento e gestão públicas para os desafios que temos neste momento. E os próximos anos não parecem mais promissores.

Mas terão de ser. O que discutimos e decidimos - ou não decidimos - nos próximos 4 anos será primordial no combate às alterações climáticas e na garantia que existe uma transição justa, que erradica as desigualdades e que abre a esperança de vivermos um outro mundo, um outro sistema. E é por isso que a luta climática é central e está em todo o metro quadrado de território e em todas as esferas da vida. E é a isso que nos propomos: em todo o território existe mobilização e existe conhecimento e existem ainda exemplos vitoriosos que ultrapassaram inevitabilidades ou o branding legal que o capitalismo lhes apresenta. São exemplos de mobilização sem precedentes, como ocorreu em Foz Côa em 94 ou como ocorreu recentemente em Viana para a proteção da Serra d'Arga, ou como ocorreu a sul com as mobilizações que levaram a que seja ilegal a extração de combustíveis fósseis no nosso país. Mas são também movimentos mais subtis como o Movimento das Terras de Miranda ou a Sciaena ou a Plataforma contra o Transporte de Animais Vivos.

Porque sabemos que a luta se faz nas ruas e nos territórios, e que as propostas ecossocialistas e dos movimentos são as que em cada terra fizeram frente à lógica capitalista, vamos correr o território de lés a lés para pôr em contacto todas estas realidades. Juntar gentes, juntar expressões e formas de fazer, juntar territórios e estreitar distâncias. Pôr em comum as diversas lutas que ganharam e ganham forma e que pretendem precisamente garantir vida digna, justa. Através de caminhadas e bicicletas, de concertos e peças de teatro, de oficinas de escrita, de cinema, de agit-prop ou de construção de ações de rua, através de convívios,

almoços, piqueniques e jantares, sit-ins e die-ins pretendemos juntar luta às lutas, partilhar conhecimento e terreno. Pretendemos construir e agregar para denunciar, lutar e conquistar opções que decidem pela justiça climática, que expõem investimentos que canibalizam o território, que o secam e inutilizam.

Começamos já em junho, estaremos em Lisboa, Minho e Odemira, prosseguiremos posteriormente e sem limites no que nos propomos fazer, no que nos propomos criar, no que queremos mobilizar. Na educação e na habitação, no emprego e na saúde, no património, na paisagem, no ambiente, na alimentação e nos transportes, nas relações diplomáticas e económicas externas, a resposta terá sempre no seu centro a vontade de reverter o caos climático. Com a capacidade criadora e criativa que inventa mundos novos. Nestas áreas, pela dignidade e cuidado na vida, juntar os movimentos e as expressões criativas, reinventar e pensar do avesso para que sejamos viáveis.

***Ainda não é o fim
nem o princípio do mundo***

calma

é apenas um pouco tarde

Manuel António Pina